

Junta de Freguesia do Parque das Nações

Demonstrações Financeiras, Orçamentais e respetivos anexos.

31 de dezembro de 2021

Índice

1.	Identificação da entidade período de relato e referencial contabilístico	12
1.1.	Identificação da entidade, período de relato:	12
1.2.	Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	13
2.	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
2.1.	Bases de mensuração usadas na preparação as demonstrações financeiras	14
2.2.	Outras Políticas Contabilísticas Relevantes	17
2.3.	Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras;	18
2.4.	Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);	19
2.5.	Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros;	19
2.6.	Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);	19
2.7.	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros;	19
2.8.	Erros materiais de períodos anteriores	19
3.	Ativos intangíveis	19
4.	Acordos de concessão de serviços: Concedentes	20
5.	Ativos fixos tangíveis	21
6.	Locações	23
7.	Custos de empréstimos obtidos	23
8.	Propriedades de investimento	23
9.	Ativos não correntes e não financeiros	23
10.	Inventários	24
11.	Agricultura	24
12.	Contratos de construção	24
13.	Rendimento de transações com contraprestação	24
14.	Rendimento de transações sem contraprestação	25
15.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
16.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	26
17.	Acontecimentos após a data de relato	27
18.	Instrumentos financeiros	27
19.	Benefícios dos empregados	30
20.	Divulgações de partes relacionadas	30
20.6.	Remuneração dos órgãos autárquicos	30
	Outras Divulgações	31

23.	Diferimentos	31
24.	Transferências e Subsídios Concedidos	32
25.	Patrimônio/Capital	32
26.	Fornecimentos e serviços externos	33
27.	Outros rendimentos e ganhos	34
28.	Outros gastos e perdas	34
29.	Gastos ou reversões de depreciações e amortizações	35
30.	Juros e gastos similares suportados	35
•	Anexo às Demonstrações Orçamentais	36
21.	Alterações Orçamentais da Receita	36
22.	Alterações Orçamentais da Despesa	36
23.	Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	37
24.	Operações de Tesouraria	37
25.	Contratação Administrativa	37
25.1.	Situação dos Contratos	37
25.2.	Adjudicações por tipo de procedimento	38
26.	Transferências e Subsídios	38
26.1.	Transferências e Subsídios – Despesa	38
26.1.1.	Transferências Correntes	38
26.1.2.	Transferência de Capital	39
26.2.	Transferências e Subsídios – Receita	39
26.2.1.	Transferências Correntes	39
26.2.2.	Transferências de Capital	40
27.	Outras Divulgações	40

ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Demonstração de desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gestão anterior		-642.770,79	1.522.271,81	0,00	0,00	4.145,10	883.646,20	1.727.440,00
Operações Orçamentais [1]		-642.770,79	1.522.271,81	0,00	0,00	0,00	879.501,02	1.707.844,23
Devolução do saldo oper. orçamentais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]		0,00	0,00	0,00	0,00	4.145,10	4.145,18	29.595,77
Receita corrente		1.914.703,95	4.091.134,78	0,00	0,00	0,00	6.005.838,65	6.205.846,65
R1 Receita fiscal		31.06,78	70.300,75	0,00	0,00	0,00	101.407,53	100.086,07
R1.1 Impostos diretos		31.06,78	70.300,75	0,00	0,00	0,00	101.407,53	100.086,07
R1.2 Impostos indiretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades		129.176,05	26,28	0,00	0,00	0,00	129.202,33	166.125,34
R4 Rendimentos de propriedade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes		1.241.647,56	4.016.573,78	0,00	0,00	0,00	5.258.221,34	5.489.230,03
R5.1 Transferências Correntes		1.241.647,56	4.016.573,78	0,00	0,00	0,00	5.258.221,34	5.489.230,03
R5.1.1 Administrações Públicas		1.234.538,84	4.004.711,88	0,00	0,00	0,00	5.239.250,72	5.489.230,03
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português		100.214,03	2.950.381,70	0,00	0,00	0,00	3.952.593,73	3.791.119,31
R5.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.423,63
R5.1.1.3 Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local		232.126,81	1.054.530,38	0,00	0,00	0,00	1.286.656,99	1.682.687,09
R5.1.2 Exterior - UE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras		7.108,72	11.861,90	0,00	0,00	0,00	18.970,62	0,00
R5.2 Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Vendas de bens e serviços		501.689,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.689,00	432.874,69
R7 Outras receitas correntes		11.084,56	4.239,89	0,00	0,00	0,00	15.324,45	17.530,63
Receita de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - UE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]		1.914.703,95	4.091.134,78	0,00	0,00	0,00	6.005.838,65	6.205.846,65
Receita não efetiva [3]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita transações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita compensativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		1.271.933,16	5.613.406,51	0,00	0,00	0,00	6.005.838,67	7.913.690,88
Operações de Tesouraria [B]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.686,37

HL

O Vogal do Pelouro da Financaira e Patrimonial

[illegible]

Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de Execução Orçamental	
							Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos Anteriores	Período Corrente
Receita Corrente														
R1	Receta Fiscal	300.000,00	0,00	300.407,58	0,00	300.407,58	0,00	0,00	0,00	300.407,58	300.407,58	0,00	0,00	98,42
R11	Impostos diretos	300.000,00	0,00	300.407,58	0,00	300.407,58	0,00	0,00	0,00	300.407,58	300.407,58	0,00	0,00	98,42
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	280.800,00	34.236,34	285.587,08	50.598,30	386.258,63	7.056,28	7.056,28	9.453,76	125.746,57	129.302,39	60.022,58	1,28	44,76
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	6.981.626,95	0,00	5.298.221,98	0,02	5.298.221,95	0,02	0,02	0,00	5.298.221,94	5.298.221,94	0,00	0,00	62,39
R51	Transferências Correntes	6.981.626,95	0,00	5.298.221,98	0,02	5.298.221,95	0,02	0,02	0,00	5.298.221,94	5.298.221,94	0,00	0,00	62,39
R511	Administrações Públicas	6.971.626,10	0,00	5.288.250,74	0,02	5.288.250,75	0,02	0,02	0,00	5.288.250,72	5.288.250,72	0,00	0,00	62,28
R5111	Administração Central - Estado Português	3.008.779,98	0,00	3.952.598,79	0,00	3.952.598,79	0,00	0,00	0,00	3.952.598,79	3.952.598,79	0,00	0,00	100,50
R5112	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração Local	2.969.916,17	0,00	1.286.657,00	0,02	1.286.657,00	0,02	0,02	0,00	1.286.656,99	1.286.656,99	0,00	0,00	50,40
R512	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R513	Outras	30.000,00	0,00	38.970,62	0,00	38.970,62	0,00	0,00	0,00	38.970,62	38.970,62	0,00	0,00	100,50
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	994.500,00	70.338,98	594.802,40	64.743,65	509.351,80	6.462,80	6.462,80	22.674,63	480.034,37	500.688,00	96.497,79	2,38	48,26
R7	Outras receitas correntes	80.000,00	98,95	17.604,25	1.367,80	15.938,45	0,00	0,00	0,00	15.938,45	15.938,45	1.217,45	0,00	51,06
Total Receita Corrente		7.780.176,95	104.468,07	6.177.622,57	116.575,29	6.019.357,74	13.538,09	13.538,09	25.130,39	5.980.708,26	6.005.838,05	100.715,24	0,32	70,34
Receita de Capital														
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Recursos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Recursos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receita de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R16	Saldo da gestão anterior	879.501,02	0,00	879.501,02	0,00	879.501,02	0,00	0,00	0,00	879.501,02	879.501,02	0,00	0,00	100,00
Total		8.659.677,97	104.468,07	7.057.223,59	116.575,29	6.898.858,76	13.538,09	13.538,09	25.130,39	6.860.209,28	6.885.339,07	100.715,24	0,32	70,34

O Vogal do Pelouro da
Financeira e Patrimonial

[Assinatura]

O Presidente

[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Type here

CA

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente
								Períodos anteriores	Período corrente	Total				
Despesa Corrente														
01	Despesas com pessoal	26.646,05	2.954.511,09	0,00	0,00	2.620.908,72	2.620.664,01	26.290,76	2.567.362,74	2.593.433,50	0,00	435.212,7	0,89	86,89
011	Remunerações certas e permanentes	24.991,94	2.292.800,70	0,00	0,00	2.052.251,56	2.052.606,05	24.636,25	2.029.799,29	2.054.435,54	0,00	22.807,56	1,07	88,53
012	Abono Variável ou Eventual	1.654,51	208.066,90	0,00	0,00	203.031,68	203.031,68	1.654,51	201.653,38	203.307,69	0,00	1358,50	1,29	79,38
015	Segurança social	0,00	593.643,59	0,00	0,00	455.045,48	455.045,48	0,00	435.690,27	435.690,27	0,00	39.355,21	0,00	81,64
02	Aquisição de bens e serviços	299.221,28	5.375.993,33	0,00	0,00	3.353.117,90	3.493.046,98	3.381,11	3.473.338,80	3.476.496,91	129.220,24	46.622,93	0,06	64,61
03	Juros e outros encargos	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04	Transferências e subídios correntes	5.772,68	202.333,81	0,00	0,00	156.662,54	156.234,22	0,00	156.234,22	156.234,22	6.201,00	0,00	0,00	77,29
041	Transferências Correntes	5.772,68	202.333,81	0,00	0,00	156.662,54	156.234,22	0,00	156.234,22	156.234,22	6.201,00	0,00	0,00	77,29
0412	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00	51.300,00	0,00	0,00	51.000,00	51.000,00	0,00	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	99,80
0413	Famílias	5.772,68	151.033,81	0,00	0,00	105.662,54	105.234,22	0,00	105.234,22	105.234,22	6.201,00	0,00	0,00	69,68
05	Outras Despesas Correntes	0,00	60.636,74	0,00	0,00	58.489,84	58.489,84	0,00	58.489,84	58.489,84	0,00	0,00	0,00	96,46
Total Despesa Corrente:		331.640,01	8.593.273,97	0,00	0,00	6.176.578,90	6.338.435,05	29.471,87	6.255.381,60	6.284.653,47	135.421,24	90.144,20	0,34	72,79
Despesa de Capital														
06	Aquisição de bens de capital	0,00	75.402,00	0,00	0,00	68.046,26	65.937,12	0,00	65.937,12	65.937,12	2.309,34	0,00	0,00	87,45
Total Despesa de Capital:		0,00	75.402,00	0,00	0,00	68.046,26	65.937,12	0,00	65.937,12	65.937,12	2.309,34	0,00	0,00	87,45
Total		331.640,01	8.668.677,97	0,00	0,00	6.244.625,16	6.394.372,17	29.471,87	6.321.318,72	6.350.590,59	137.730,58	90.144,20	0,34	72,92

O Vogal do Pelouro da Financeira
e Patrimonial

[Assinatura]

O Presidente

[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Balanço

Valores expressos em euros				
RUBRICAS	Notas	SNC-AP	SNC-AP	
		31-12-2021	31-12-2020	
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	917.123,87	921.416,46	
Ativos intangíveis	3	23.536,63	38.025,05	
		940.660,50	959.441,51	
Ativo corrente				
Clientes, contribuintes e utentes	18	144.915,58	75.942,45	
Outras contas a receber	18	301.321,02	59.255,26	
Diferimentos	23	6.192,26	4.374,15	
Caixa e depósitos	1	538.116,51	883.646,20	
		990.545,37	1.023.218,06	
Total do ativo		1.931.205,87	1.982.659,57	
Património Líquido				
Património/ Capital	25	517.831,71	517.831,71	
Reservas	25	70.415,40	70.415,40	
Resultados transitados	25	(621.069,53)	142.862,25	
Outras variações no Património Líquido	25	342.484,25	367.155,12	
Resutado líquido do período	25	(426.965,60)	(763.931,78)	
Total do Património Líquido		(117.303,77)	334.332,70	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	15	100.252,95	34.623,01	
Outras contas a pagar	18	42.599,69	26.890,75	
		142.852,64	61.513,76	
Passivo corrente				
Fornecedores	18	252.039,89	189.864,01	
Estado e outros entes públicos	18	47.003,98	36.057,83	
Outras contas a pagar	18	433.564,53	279.462,02	
Diferimentos	23	1.173.048,60	1.081.429,25	
		1.905.657,00	1.586.813,11	
Total do Passivo		2.048.509,64	1.648.326,87	
Total do património líquido e do passivo		1.931.205,87	1.982.659,57	

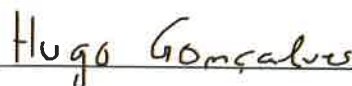
O Vogal do Pelouro da Finança
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado



CA

Demonstração de resultados por natureza

Valores expressos em euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31-12-2021	31-12-2020
Impostos e taxas	14	259.464,12	258.424,65
Vendas	13	7,32	65,87
Prestações de serviços	13	543.407,47	405.726,15
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	5.454.857,81	5.601.525,07
Fornecimentos e serviços externos	26	(4.715.264,74)	(5.059.383,99)
Gastos com pessoal	19	(1.649.811,80)	(1.741.163,31)
Transferências e subsídios concedidos	24	(104.326,39)	(99.942,01)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	18	13.935,64	1.176,02
Provisões (aumentos/ reduções)	15	(65.629,94)	-
Outros rendimentos e ganhos	27	42.544,86	42.300,72
Outros gastos e perdas	28	(25.637,42)	(5.972,33)
Resultado antes de depreciações e gastos financeiros		(246.453,07)	(597.243,16)
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	29	(180.512,53)	(165.630,10)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(426.965,60)	(762.873,26)
Juros e gastos similares suportados	30	-	(1.058,52)
Resultado antes de imposto		(426.965,60)	(763.931,78)
Resultado líquido do exercício		(426.965,60)	(763.931,78)

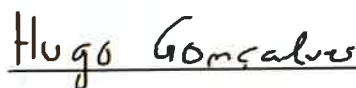
O Vogal do Pelouro da Finança
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado



Demonstração das alterações no património líquido

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2020	26	517.531,71	57.940,84	(84.154,30)	-	249.491,11	731.109,36	731.109,36
Alterações no período		-	12.474,56	237.016,55	367.155,12	(249.491,11)	367.155,12	367.155,12
		-	12.474,56	237.016,55	367.155,12	(249.491,11)	367.155,12	367.155,12
Resultado líquido do período		-	-	-	-	(763.931,78)	(763.931,78)	(763.931,78)
Resultado integral	26	-	12.474,56	237.016,55	367.155,12	(763.931,78)	(147.285,55)	(147.285,55)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2020	26	517.531,71	70.415,40	142.862,25	367.155,12	(763.931,78)	334.332,70	334.332,70
A 1 de janeiro de 2021		517.531,71	70.415,40	142.862,25	367.155,12	(763.931,78)	334.332,70	334.332,70
Alterações no período	26	-	-	(763.931,78)	-	763.931,78	-	-
		-	-	(763.931,78)	-	763.931,78	-	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	(426.965,60)	(426.965,60)	(426.965,60)
Resultado integral	26	-	-	(763.931,78)	-	336.966,18	(426.965,60)	(426.965,60)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	(24.670,87)	-	(24.670,87)	(24.670,87)
		-	-	-	(24.670,87)	-	(24.670,87)	(24.670,87)
A 31 de dezembro de 2021	26	517.531,71	70.415,40	(821.069,53)	342.484,25	(426.965,60)	(117.303,77)	(117.303,77)

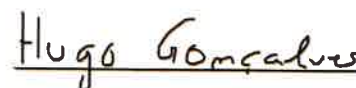
O Vogal do Pelouro da Finança
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado



Type text here

CA

Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	Valores expressos em euros	
		Períodos	
		31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		512.840	443.655
Recebimentos de contribuintes		101.408	100.086
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5.258.221	5.489.230
Recebimentos de utentes		116.777	150.071
Pagamentos a fornecedores		(4.413.535)	(5.093.464)
Pagamentos ao pessoal		(1.543.637)	(1.626.332)
Caixa gerada pelas operações		32.073,61	(536.753,94)
Outros recebimentos/pagamentos		(215.872)	(108.018)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(183.798,17)	(644.771,94)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(151.505)	(161.721)
Ativos intangíveis		(10.227)	(36.243)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(161.731,52)	-197.963,83
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares		-	(1.059)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-	(1.058,52)
Variação de caixa e seus equivalentes		(345.529,69)	(843.793,80)
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		883.646,20	1.727.440,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		538.116,51	883.646,20
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	1	450,76	248,94
Depósitos bancários	1	537.665,75	883.397,26
		538.116,51	883.646,20

O Vogal do Pelouro da Finança

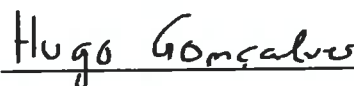
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado



Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade, período de relato:

- a) **Designação da entidade:** Junta de Freguesia do Parque das Nações
- b) **Endereço:** Alameda dos Oceanos, n.º 37B 1990-203 Lisboa
- c) **Tutela:** Ministério das Finanças
- d) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**
 - a. Devido ao processo de Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e através da sua primeira alteração ocorrida na Lei n.º 85/2015 de 7 de agosto, decorreu a criação da Freguesia do Parque das Nações;
 - b. O regime financeiro da Junta de Freguesia do Parque das Nações é o consagrado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro bem como contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.
 - c. O sector local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto.
 - d. A Junta de Freguesia, rege-se ainda, pelas suas normas e regulamentos.
- e) **Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:** Não aplicável. A Junta de Freguesia não apresenta demonstrações consolidadas apenas individuais, pelo que todos os documentos podem ser obtidos na entidade e morada descritos anteriormente.
- f) **Designação e sede da entidade que controla intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:** Não aplicável. A Junta de Freguesia não apresenta demonstrações consolidadas apenas individuais, pelo que todos os documentos podem ser obtidos na entidade e morada descritos anteriormente.

As demonstrações financeiras e orçamentais anexas são apresentadas em Euros, respeitantes ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

A Gerência em 2021 foi dividida em dois períodos, sendo que o primeiro executivo esteve em funções até dia 20 de outubro de 2021, e o segundo executivo exerceu funções no dia 21 de outubro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Hf

Adicionalmente foi decidido pelo atual executivo apresentar a prestação de contas num único documento, integrando a mesma as duas gerências.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As Demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC - AP, com exceção do estabelecido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a qual ainda não foi implementada.

As Demonstrações financeiras foram preparadas de forma a garantir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa da Junta de Freguesia.

Não existiu, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que tivessem implicações diretas na derrogação de qualquer disposição prevista no SNC - AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que colocasse em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior na sua totalidade.

c) Saldo de caixa e seus equivalentes não disponível para uso.

Não aplicável.

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A rubrica “caixa e seus equivalentes” inclui numerário e depósitos bancários à ordem.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2021	2020
Caixa	450,76	248,94
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	537.665,75	883.397,26
Depósitos Bancários	537.665,75	883.397,26
Total de caixa e depósitos	538.116,51	883.646,20

A Freguesia não possui cauções ou outra circunstância que limitem a utilização das verbas em depósitos.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras da Junta de Freguesia do Parque das Nações foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que se descrevem *infra*. A sua aplicação foi consistente ao longo do período apresentado, salvo indicação em contrário.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 2.3 – “Julgamentos”.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação as demonstrações financeiras

i) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende: ao seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos; quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção de item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultam benefícios económicos futuros para a Junta de Freguesia do Parque das Nações.

A Junta de Freguesia procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Ativos intangíveis

A Junta de Freguesia reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, que seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Junta e que o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, a Junta de Freguesia procede a testes de imparidade, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

iii) Ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e passivos exigíveis a mais de um ano, a contar com a data de balanço, devem ser classificados como ativos e passivos não correntes.

iv) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam, sendo o reconhecimento efetuado pelo seu justo valor. As contas não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existirem indicadores objetivos que a Junta de Freguesia do Parque das Nações não irá receber todos os montantes a que tem direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos.

Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor; processo em execução fiscal.

Quando se verificar uma diminuição ou eliminação dos indicadores de imparidade, procede-se à reversão da perda por imparidade.

v) **Passivos financeiros**

A classificação dos passivos financeiros é efetuada de acordo com a substância contratual, sendo independente da forma legal que assuma. Os passivos financeiros que constituem contas a pagar a fornecedores e outros credores são registados ao justo valor.

vi) **Outras contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

vii) **Caixa e depósitos**

A caixa e depósitos engloba o dinheiro em caixa e depósitos à ordem altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

viii) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Junta de Freguesia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

ix) **Passivos contingentes e ativos contingentes**

Ao contrário das provisões, os passivos e os ativos contingentes são obrigações originárias de acontecimentos passados cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou vários acontecimentos futuros que não se encontram sob o controlo da entidade. Contudo estes

não devem ser reconhecidos contabilisticamente, mas apenas ser divulgado pela Junta de Freguesia, porque não é provável a exigência futura de exfluxos que originem benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação.

x) **Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

xi) **Locações**

As locações de ativos, relativamente às quais a Junta de Freguesia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

De acordo com o normativo, a Junta de Freguesia optou por alocar a locação na rubrica de Fornecedores de Investimento.

xii) **Rendimentos de transações com contraprestação**

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

xiii) **Rendimentos de transações sem contraprestação**

A Freguesia reconhece o rendimento de transações sem contraprestação, na sua generalidade, no momento do direito a receber. No que respeita às transferências efetuadas, antes do acordo se tornar vinculativo, os recursos são reconhecidos como passivos – adiantamento - até que ocorra o acontecimento que torna o acordo vinculativo e sejam preenchidas todas as outras condições para efeitos de eliminação do passivo e respetivo reconhecimento do rendimento.

2.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

i) **Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Junta de Freguesia estão mensurados em Euros. Como tal, as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Regime do Acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio do acréscimo, isto é, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

iii) Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido, ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

iv) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

v) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados na Nota 17.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras;

A 31 de dezembro de 2020, na transição de diploma contabilístico para SNC-AP foi necessário reclassificar o montante de 391.825,98 euros referente à receita diferida, obtida pelo Protocolo CML 279/CML/2016 para a construção do Monobloco na Rua Professor Picard.

O objeto do contrato acima referido já se encontra cumprido, sendo que a receita será registrada na mesma proporção da amortização registradas correspondente aos bens presentes no contrato.

De salientar que a restante receita diferida diz respeito a serviços, ou seja, não dizem respeito a Contratos de Delegação de Competências que tenham como objeto bens depreciables.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);

Nada a referir.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros;

Nada a referir.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);

Nada a referir.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros;

Nada a referir.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Nada a referir.

3. Ativos intangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Perante a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CIBE, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril, no que respeita aos bens

adquiridos até 31/12/2019. A depreciação dos bens adquiridos em 2020 tem por referência as taxas de depreciação previstas no CC 2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro:

Programas de Computador	Número de anos
	1 a 3

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Rubricas	Valores expressos em Euros					
	Quantia bruta	Início do período Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Fim do período Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	148.667,37	(110.662,32)	38.025,05	158.913,92	(135.377,29)	23.536,63
Total de Ativos Intangíveis	148.667,37	(110.662,32)	38.025,05	158.913,92	(135.377,29)	23.536,63

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2021 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Valores expressos em Euros			
	Quantia escriturada inicial	Variações Adições	Amortizações do período	Quantia escriturada final
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	38.025,05	10.226,55	(24.714,97)	23.536,63
Total de Ativos Intangíveis	38.025,05	10.226,55	(24.714,97)	23.536,63

O detalhe de adições de ativos intangíveis no período de 2021 é como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS	Valores expressos em Euros			TOTAL
	Adições Internas	Adições Compra	Adições Locação financeira	
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	-	10.226,55	-	10.226,55
Total	-	10.226,55	-	10.226,55

Durante o exercício de 2021 não existiram diminuições de ativos intangíveis.

Dentro desta classificação existem ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda estão em uso.

4. Acordos de concessão de serviços: Concedentes

Nada a referir.

HL A

5. Ativos fixos tangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Perante a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CIBE, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril, no que respeita aos bens adquiridos até 31/12/2019. A depreciação dos bens adquiridos em 2020 tem por referência as taxas de depreciação previstas no CC 2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	
Edifícios e construções com finalidade sociocultural	8
Equipamento básico	
Equipamento informático e de telecomunicações	4
Equipamento e material específico dos serviços de saúde	5 a 7
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	4 a 20
Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia	4 a 8
Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	5 a 7
Equipamento e material de apoio à produção	1 a 10
Equipamento militar, de segurança e defesa	4 a 5
Equipamento de transporte	
Transportes rodoviários	4 a 10
Outros	4
Equipamento administrativo	
Equipamento informático e de telecomunicações	1 a 8
Equipamento de escritório e de reprografia	5 a 8
Mobiliário de escritório e de arquivo	8
Outros	1 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	
Equipamento de oficina e reparações	4 a 8
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	5 a 10

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Rubricas	Valores expressos em Euros					
	Quantia bruta	Início do período Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Fim do período Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	72.080,00	-	72.080,00
Sub-total	-	-	-	72.080,00	-	72.080,00
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	74.864,31	(39.217,05)	35.647,26	74.864,31	(48.575,08)	26.289,23
Equipamento básico	489.174,92	(89.180,23)	399.994,69	493.153,44	(121.742,76)	371.410,68
Equipamento de transporte	301.283,19	(65.972,94)	235.310,25	301.283,19	(106.115,78)	195.167,41
Equipamento administrativo	282.544,06	(148.653,75)	143.890,27	307.116,96	(183.741,72)	123.375,24
Outros ativos fixos tangíveis	287.950,26	(181.376,27)	106.573,99	348.823,81	(220.022,50)	128.801,31
Sub-total	1.445.816,74	(524.400,24)	921.416,46	1.525.241,71	(680.197,84)	845.043,87
Total de Ativos Fixos Tangíveis	1.445.816,74	(524.400,24)	921.416,46	1.597.321,71	(680.197,84)	917.128,87

O saldo da rubrica de "Património histórico, artístico e cultural" refere-se na sua totalidade a obras de arte.

O saldo da rubrica de “Edifícios e outras construções” refere-se, essencialmente, a viadutos, parques, sinalização e outras infraestruturas.

O saldo da rubrica “Equipamento Básico” refere-se a equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para garantir o objetivo da Junta de Freguesia no apoio às várias áreas, como Espaço Público, Educação, Ação Social. Nesta rubrica encontra-se também os bens relacionados com o Monobloco (Bem com nº 3664, nº 909, nº 1037 e nº 3906 de inventário) sito na Rua Professor Picard, referenciado na Nota 24 do presente anexo.

O saldo da rubrica “Equipamento de Transporte” é referente às viaturas adquiridas nos últimos 3 anos.

A rubrica “Equipamento administrativo” assenta sobre todo o material de escritório colocado à disposição dos colaboradores da Junta nos vários espaços geridos pela mesma.

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2021 estão detalhados da seguinte forma:

Valores expressos em Euros				
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	-	72.080,00	-	72.080,00
Sub-total	-	72.080,00	-	72.080,00
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	35.647,26	-	(9.358,03)	26.289,23
Equipamento básico	399.994,69	3.978,52	(32.562,53)	371.410,68
Equipamento de transporte	235.310,25	-	(40.142,84)	195.167,41
Equipamento administrativo	143.890,27	14.572,90	(35.087,93)	123.375,24
Outros ativos fixos tangíveis	106.573,99	60.873,55	(38.646,23)	128.801,31
Sub-total	921.416,46	79.424,97	(155.797,56)	845.043,87
Total de Ativos Fixos Tangíveis	921.416,46	151.504,97	(155.797,56)	917.123,87

O detalhe de adições de ativos fixos tangíveis no período de 2021 é como segue:

Valores expressos em Euros				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	-	72.080,00	-	72.080,00
Sub-total	-	72.080,00	-	72.080,00
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	3.978,52	-	3.978,52
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	14.572,90	-	14.572,90
Outros ativos fixos tangíveis	-	60.873,55	-	60.873,55
Sub-total	-	79.424,97	-	79.424,97
Total	-	151.504,97	-	151.504,97

Entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, não existiram diminuições de ativos fixos tangíveis.

Existem ativos tangíveis totalmente amortizados que ainda estão em uso, nomeadamente equipamento administrativo, mobiliário, entre outros itens residuais.

6. Locações

- **Locações Financeiras**

A Junta de Freguesia do Parque das Nações, no ano de 2018 efetuou um contrato de locação financeira de uma viatura, junto da entidade Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. O contrato de locação acima referido foi cessado durante o exercício de 2020.

A 31 de dezembro de 2021, a Freguesia não tem em vigor nenhum contrato relacionado com locações financeiras.

- **Locações Operacionais**

A 31 de dezembro de 2021, a Freguesia não tem em vigor nenhum contrato relacionado com locações operacionais.

7. Custos de empréstimos obtidos

Nada a referir.

8. Propriedades de investimento

Nada a referir.

9. Ativos não correntes e não financeiros

Nada a referir.

10. Inventários

Nada a referir.

11. Agricultura

Nada a referir.

12. Contratos de construção

Nada a referir.

13. Rendimento de transações com contraprestação

Durante o período de 2021, a Junta de Freguesia registou rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

a) Prestação de serviços: é reconhecido como rendimento, quando pode ser estimado com fiabilidade e com referência à fase de acabamento da transação. As transações são estimadas com fiabilidade quando satisfazem as seguintes condições: a quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade; fluam benefícios económicos ou potencial de serviços associados à transação; quando a fase de acabamento, à data de relato, possa ser mensurada com fiabilidade; e, os custos suportados com a transação possam também ser mensurados com fiabilidade.

b) Venda de bens: o rendimento proveniente deste, deve ser reconhecido quando estiverem satisfeitas as seguintes condições: os riscos e vantagens da propriedade e controlo de bens esteja transferida para o comprador; a Junta de Freguesia não esteja envolvida na gestão, nem possua um controlo efetivo sobre a propriedade e bens vendidos; a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade; surjam benefícios económicos ou potenciais associados à transação fluam para a Junta de Freguesia; e, os gastos suportados ou a suportar relativos à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

	Euros	
	2021	2020
Prestações de serviços	543.407,47	405.726,15
Vendas	7,32	65,87
Total de Rendimentos de Transações com contraprestação	543.414,79	405.792,02

A 31 de dezembro de 2021, aumento visível no volume de prestações de serviços deve-se à reabertura da Piscina, que esteve encerrada temporariamente derivado da situação pandémica existente.

14. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação resultam de recebimentos de outras entidades sem dar em troca um valor aproximadamente igual, ou a entrega de valor por parte de outra entidade sem receber valor em troca.

No período findo de 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Junta de Freguesia apresenta na rubrica de rendimentos de transações sem contraprestação, a seguinte decomposição:

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	2021		2020		2021		2020		
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos									
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	103.793,30	-	100.753,08	-					
Taxas									
Ocupação da via pública	27.467,73	-	55.195,59	-					
Candeeiros	1.208,09	-	2.044,64	-					
Publicidade	78.153,17	-	76.715,80	-					
Emolumentos e Taxas Secundaria	5.529,60	-	5.411,10	-					
Outras taxas e despesas de assistência técnica	33.225,23	-	5.242,08	-					
Multas e outras penalidades	13.477,00	-	12.862,35	-					
Transferências com condição									
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)	205.979,00	-	156.692,00	-					
UGAL - Extensão Remuneratória	14.108,02	-	33.937,31	-					
FEF - Programas de Apoio ao Emprego	15.049,32	-	6.716,13	-					
OGSE - Assistentes Operacionais	116.899,71	-	80.091,45	-					
Delegação de Competências - Lei 56/2012	3.594.611,00	-	3.560.400,00	-					
Programas CAP e AAR	104.428,05	-	105.257,74	-		8.700,18			
AEC S - Escola Infância O. Henrique	17.212,82	-	9.707,50	-					
Projecto Refeições escolares saudáveis	234.002,00	-	147.492,30	-					
Contrato Inter-municipal de Cooperação - Região Urbana		-		-		117.000,00			
OP (Contrato N.º 12/CMI) - Galeria de Artes do Parque		-		-					
Recenseamento/Atas Eleitorais	10.727,30	-	45.941,30	-					14.058,10
Fundo Emergência Social	81.338,86	-	53.976,19	-					
Delegação Competências CML - Ecopontos (Recolha Resíduos)	103.095,01	-	(1.095,01)	-					37.455,40
Outras Transferências CML	28.975,00	-	14.970,00	-					
Delegação Competências CML 2019/2021 - Bateria 100% Seguro e		-		-					
Outros	453.663,44	-	1.176.314,43	-					596.007,18
Academia do Trabalho	34.030,00	-	1.411,78	-					
Orçamento Participativo - Passeio do Neptuno	60.030,00	-	40.000,00	-		60.300,00			
CDC Complementar 2021	150.063,08	-		-		36.863,08			
AEC S - Atividades Extra Curriculares	33.652,50	-		-		4.245,00			
Orçamento Participativo - Casa destinada a mães (Pai-parto)		-		-					320.000,00
Orçamento Participativo - Centro comunitário		-		-					62.000,00
Orçamento Participativo - Casa de idosos		-		-					42.000,00
Orçamento Participativo - Parque Cultural		-		-					
	80.300,00	-		-		46.300,00			
Total	5.714.321,89	-	5.859.849,72	-		272.808,21			1.122.521,78

Em ambos os períodos, destacam-se nesta rubrica a receita auferida por via do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e da cobrança de taxas de Publicidade e a Ocupação da via pública.

Os valores de Ocupação da Via Pública e Publicidade refletem o impacto da implementação dos múltiplos Estados de Emergência, devido ao fecho do comércio local e pela isenção concedida aos contribuintes de pagamento das taxas correspondentes.

Rendas pagas sem contraprestação

Em novembro de 2020, a Junta mudou-se para a nova Sede, sendo que os encargos com o aluguer deste novo edifício são suportados pela Câmara Municipal de Lisboa.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Junta de Freguesia do Parque das Nações, a 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte registo de provisões:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Valores expressos em Euros		
		Aumentos		Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	
Processos judiciais em curso	34.623,01	10.985,54	10.985,54	45.608,55
Outras provisões	-	54.644,40	54.644,40	54.644,40
Total das provisões	34.623,01	65.629,94	65.629,94	100.252,95

O valor registado na alínea “outras provisões” diz respeito ao serviço prestado e faturado pelo fornecedor Ecoambiente, que será contestado pela Junta de Freguesia.

Os processos judiciais em curso dizem respeito a:

- Proc. 1162/18.6BELSB - pedido de indemnização com fundamento na decisão de rescisão do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Autora e a Freguesia do Parque das Nações.
- Proc. 2260/18.1BELSB - pedido de indemnização com fundamento na ocorrência de um sinistro em zona pedonal, de competência institucional conjunta da Freguesia do Parque das Nações e do Município de Lisboa.
- Proc. 2134/21.9BEBLS – pedido de indemnização com fundamento na (GALP) ...pedido de pagamento de faturas que a Junta não reconhece estar em dívida tendo em conta que não reconhece a validade do contrato em causa. Autor: Galp Power.

A quantia escriturada final em 2021 relacionada com os processos acima referidos tem por base a melhor estimativa de perda à data de relato.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a referir.

17. Acontecimentos após a data de relato

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia XX de XXXX de 2021 pela Assembleia de Freguesia.

A invasão da Ucrânia tem impactos devastadores que podem afetar as entidades a nível global, gerando um elevado grau de incerteza para as entidades. As implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade.

Os efeitos económicos, sociais e geopolíticos resultantes da guerra podem ter impacto na contabilidade e reporte das demonstrações financeiras das entidades que, nomeadamente:

1. negoceiem com empresas na Federação Russa, Bielorrússia ou Ucrânia;
2. tenham subsidiárias ou ativos na Federação Russa, Bielorrússia ou Ucrânia; ou
3. estejam vinculadas a organizações ou indivíduos sob sanções.

A Freguesia encontra-se atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Esta situação continuará a ser avaliada de forma cuidada ao longo do exercício corrente.

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas de imparidade expressam os valores a seguir apresentados:

• Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Reversões por perdas de imparidade	Outros	Perdas por imparidade acumulada	Outros
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Clientes e utentes	99.573,67	-	(139,64)	68.973,13	(9.559,30)	(13.932,28)
Outras contas a receber	59.255,26	-	-	242.065,76	-	-
Caixa e Depósitos bancários	883.397,26	-	-	-	-	(345.731,51)
Total	1.042.226,19	-	(139,64)	311.038,89	(9.559,30)	(359.663,79)
						983.902,35

Foi constituída uma imparidade sobre os montantes de dívidas de clientes, uma vez que se afigura uma difícil recuperação dos mesmos, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela Junta de Freguesia para o efeito.

Ao longo de 2021, derivado dos esforços acima referidos, foi conseguido recuperar dívida que já tinha sido constituída a sua imparidade, face ao exposto, foi registado em resultados do ano uma reversão de imparidade no montante de 139,64 euros.

Adicionalmente relativamente ao processo judicial com a Altice Arena que foi perdido em 2021 e que a dívida estava registada com imparidade total criada, foi realizada a regularização da dívida correspondente e utilizado o valor total da imparidade.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica outras contas a receber é a seguinte:

	2021				2020			
	Valor Bruto		Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto		Imparidade Acumulada	Valor Líquido
	Corrente	Não Corrente			Corrente	Não Corrente		
Acréscimos de Rendimentos	300.627,27	-	-	300.627,27	59.255,26	-	-	59.255,26
Cauções	693,75	-	-	693,75	-	-	-	-
Total de outras contas a receber	301.321,02	-	-	301.321,02	59.255,26	-	-	59.255,26

O montante de 300.627,27 euros presente na rubrica de “acréscimos de rendimentos” diz respeito a verbas que se encontram por receber decorrentes de contratos de delegação de competências assinados entre a CML e a Freguesia, cuja despesa foi realizado no decorrer do exercício de 2021.

• Passivos financeiros

A 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos passivos financeiros é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições	Quantia escriturada final
		Compras	Outros	Alienações	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	189.864,01	62.175,88	-	-	252.039,89
Outras contas a pagar	306.352,77	-	169.811,45	-	476.164,22
Estado e utros entes públicos	36.057,83	-	10.946,15	-	47.003,98
Total	532.274,61	62.175,88	180.757,60	-	775.208,09

O saldo constante na rubrica de fornecedores no período em análise refere-se a faturas em receção e conferência que só foram efetivamente pagas em 2022 devido à sua receção tardia

A rubrica de outras contas a pagar, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte decomposição:

	Euros			
	2021		2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	188.978,94	-	190.952,86	-
Outros acréscimos de gastos	228.074,46	-	75.428,92	-
Cauções	16.270,03	42.599,69	12.917,18	26.890,75
Outros devedores	241,10	-	163,06	-
Total de outras contas a pagar	433.564,53	42.599,69	279.462,02	26.890,75

A alínea “Remunerações a liquidar” engloba o montante de férias e subsídio de férias a pagar em 2022, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2021. Os 228.074,46 euros presentes na rubrica “outros acréscimos de gastos” dizem respeito a gastos da atividade corrente cujo faturas ainda não estão em posse da Freguesia, mas que dizem respeito ao ano de 2021.

Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalham-se da seguinte forma:

	Euros			
	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRS Dependentes	-	8.746,00	-	10.234,00
IRS Independentes	-	4.415,13	-	7.151,89
Contribuições para a CGA	-	11.187,82	-	4.161,29
Contribuições para a Segurança Social	-	17.133,17	-	4.804,83
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	3.078,59	-	7.274,17
Outras retenções	-	30,91	-	84,00
Subsistemas de saúde - ADSE				
Pessoal	-	2.412,56	-	2.347,65
Total de Estado e Outros Entes Públicos	-	47.883,98	-	36.857,83

19. Benefícios dos empregados

Os “Gastos com pessoal” no período findo de 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram os seguintes:

	Euros	
	2021	2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	42.881,66	52.900,77
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	999,78	128,22
Remunerações do pessoal	1.173.165,46	1.212.399,21
Encargos sobre remunerações	293.522,37	327.493,83
Seguros com o pessoal	29.002,68	19.089,10
Outros gastos com o pessoal	51.778,94	61.380,01
Outros encargos sociais	58.470,91	67.772,17
Total de gastos com pessoal	1.649.811,80	1.741.163,31

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, rubrica referente a “Remunerações do pessoal” representa, respetivamente, 71% e 70% do total da rubrica referente a gastos com o pessoal.

20. Divulgações de partes relacionadas

Salientamos a ligação que a Junta de Freguesia tem com a Câmara Municipal de Lisboa, quer pelo processo de Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa que ocorreu no passado, quer pelos diversos contratos de delegação de competências, assinados entre ambas as partes, realizados ao longo dos exercícios económicos.

Também salientamos os esforços de cooperação entre as partes para apoio à população no decorrer da Pandemia.

20.6. Remuneração dos órgãos autárquicos

- Presidente - Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício – Morada: Av. ^a D. João II, Lote 4.47.01 Bloco C - 2.ºA - 1990-079 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2021 a 20-10-2021; Remuneração anual líquida auferida: 23.814,33 euros;
- Vogal Secretária - Susana Paula Pires Machado Anacleto – Morada: Av. ^a Edmundo Lima Bastos, n.º 2 - 10.º A, 2790-486 Carnaxide; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2021 a 20-10-2021; Remuneração anual líquida auferida: 2.449,60 euros;
- Vogal Tesoureiro – Paulo Alexandre Mateus Calisto – Morada: Av. ^a D. João II, Lote 86 - 1.º Dto., 1990-099 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2021 a 20-10-2021; Remuneração anual líquida auferida: 19.47,81 euros;

- Vogal – Jorge Manuel Bonito Santos– Morada: Rua Gaivotas em terra, n.º 6 - 1.º C, 1990-601 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2021 a 20-10-2021; Remuneração anual líquida auferida: 1715,21 euros;
- Vogal – Nuno José Araújo Abreu Fidalgo de Oliveira– Morada: Alameda dos Oceanos, n.º 85 - 7º Esq, 1190-212 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2021 a 20-10-2021; Remuneração anual líquida auferida: 385,74 euros;
- Presidente -Carlos Francisco de Almeida Ardisson Domingos- Morada: Rua de Moscavide, 4 3.ºB 1990-160 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 21-10-2021 a 31-12-2021; Remuneração anual líquida auferida: 3.803,57 euros;
- Vogal Secretária - Florbela da Conceição Loureiro Morais – Morada: Rua do Ganges, 4 7.º D 1990-356 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 21-10-2021 a 31-12-2021; Remuneração anual líquida auferida: 535,85 euros;
- Vogal Tesoureiro –Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Morada: Rua Conselheiro Lopo Vaz, 42 12.º Dto 1800-142 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 21-10-2021 a 31-12-2021; Remuneração anual líquida auferida: 535,85 euros;
- Vogal –João Paulo da Gama Leite de Barros da Rocha Castro, Morada: Alameda dos Oceanos, 94, 9.º A 1990-238 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 21-10-2021 a 31-12-2021; Remuneração anual líquida auferida: 107,15 euros;
- Vogal - Olga Maria Rodrigues Domingos Perosa de Lima, Morada: Rua Estrada da Índia, 32 5.º Esq. 2685-002 Sacavém; Período de responsabilidade do ano: 21-10-2021 a 31-12-2021; Remuneração anual líquida auferida: 85,72 euros;

Outras Divulgações

23. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Diferimentos, ativo e Passivo, decompõem-se como se segue:

	Euros	
	2021	2020
	Corrente	Corrente
Outros gastos a reconhecer	6.192,26	4.374,15
Total de diferimentos - Ativo	6.192,26	4.374,15

A rubrica “Outros gastos a reconhecer” é referente aos seguros pagos em 2021, mas com efeitos até 2022.

	Euros	
	2021	2020
	Corrente	Corrente
Outros rendimentos a reconhecer	1.173.048,60	1.061.429,25
Total de diferimentos - Passivo	1.173.048,60	1.061.429,25

O saldo da rubrica “Outros rendimentos a reconhecer” é composto por transferências recebidas por parte da Câmara Municipal de Lisboa, para a realização dos projetos de Delegação de Competências, Orçamento Participativo e o Fundo de Emergência Social, cujo a despesa será executada durante os exercícios seguintes a 2021.

24. Transferências e Subsídios Concedidos

O detalhe da rubrica “Transferências e Subsídios Concedidos” a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Instituições sem Fins Lucrativos	51.000,00	55.250,00
Famílias	53.326,39	44.692,01
Total de Transferência e Subsídios Concedidos	104.326,39	99.942,01

25. Património/Capital

O Património Líquido da Junta de Freguesia, a 31 de dezembro de 2021, encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Euros			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património/ Capital	517.831,71	-	-	517.831,71
Reservas				
Reservas legais	70.415,40	-	-	70.415,40
Resultados transitados	142.862,25	(763.931,78)	-	(621.069,53)
Resultado líquido do período				
Ano 2020	(763.931,78)	-	763.931,78	-
Ano 2021	-	(426.965,60)	-	(426.965,60)
Outras variações no Património Líquido	367.155,12	-	(24.670,87)	342.484,25
Total do Património/Capital	334.332,70	(1.190.897,38)	739.260,91	(117.303,77)

De acordo com a ata de aprovação de contas, datada de 26 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação do resultado líquido negativo do período de 2020, no montante de 763.831,78 euros, na rubrica de resultados transitados.

O resultado líquido do presente exercício é negativo, no montante de 426.965,60 euros.

É proposto em Assembleia que o resultado líquido de 2021 seja aplicado na sua totalidade em resultados transitados.

Outras variações no Património Líquido

A 31 de dezembro de 2020, na transição de diploma contabilístico para SNC-AP foi necessário reclassificar o montante de 391.825,98 euros referente à receita diferida, obtida pelo Protocolo CML 279/CML/2016 para a construção do Monobloco na Rua Professor Picard.

O objeto do contrato acima referido já se encontra cumprindo, sendo que a receita será registada na mesma proporção da amortização registadas correspondente aos bens presentes no contrato.

26.Fornecimentos e serviços externos

No período de 2021, o detalhe da rubrica os Fornecimentos e Serviços Externos é a seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Subcontratos e concessões de serviços	204.378,77	138.294,29
Trabalhos Especializados	2.168.989,72	2.759.807,51
Publicidade, comunicação e imagem	32.368,27	33.482,27
Vigilância e segurança	8.372,52	23.288,63
Comissões	9.308,87	8.278,97
Conservação e reparação	748.374,71	548.117,99
Serviços especializados	3.172.792,86	3.511.269,66
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13.284,23	16.838,80
Material de escritório	3.256,94	3.853,52
Artigos para oferta	-	19.248,00
Material de educação, cultura e recreio	25.671,52	44.227,66
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	12.201,39	11.384,66
Livros e documentação técnica	1.020,19	328,20
Produtos químicos e de laboratórios	8.783,00	5.372,61
Outros materiais diversos de consumo	74.438,94	13.028,11
Materiais de consumo	138.656,21	114.281,56
Electricidade	78.843,01	70.782,87
Combustíveis e lubrificantes	38.984,12	44.514,73
Água	46.154,67	48.800,90
Energia e fluidos	163.981,80	164.098,50
Deslocações e estadas	7.154,25	11.001,46
Deslocações, estadas e transportes	7.154,25	11.001,46
Rendas e alugueres	-	38.337,78
Comunicação	61.028,73	99.128,81
Seguros	19.559,40	19.773,79
Limpeza, higiene e conforto	1.110.618,49	1.089.992,64
Outros serviços	41.473,00	11.499,79
Serviços diversos	1.232.679,62	1.258.732,81
Total de fornecimentos e serviços externos	4.715.264,74	5.059.383,99

Comparativamente a 2020, o ano de relato apresenta uma diminuição de cerca de 7% de gastos, relacionados com a atividade corrente da Junta de Freguesia. Realça-se o impacto da pandemia, que se reflete no aumento dos gastos de Limpeza e Higiene e Outros Materiais de Consumo, devido à aquisição de material de proteção social para colaboradores, contribuintes e utentes.

27. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Outros rendimentos suplementares	99,46	-
Donativos	-	6.750,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	24.670,87	24.670,87
Correções relativas a períodos anteriores	106,51	0,27
Outros rendimentos	17.668,02	10.879,58
Total de outros rendimentos e ganhos	42.544,86	42.300,72

O montante presente na rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos” diz respeito ao rendimento assumido anualmente relacionado com o contrato de delegações e competências realizado entre a Junta de Freguesia do Parque das Nações e a Câmara Municipal de Lisboa, respeitante à construção do monobloco referido na nota 5.

Na rubrica “Outros rendimentos” estão contemplados, maioritariamente, os reembolsos dos seguros relacionados com os danos efetuados na via pública.

28. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica “Outros gastos e perdas” a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Outros impostos diretos	-	16,52
Outros impostos indiretos	10.268,96	4.586,65
Taxas	-	130,00
Correções relativas a períodos anteriores	13.796,00	-
Quotizações	1.241,85	1.239,16
Outros gastos	330,61	-
Total de outros gastos e perdas	25.637,42	5.972,33

Na rubrica "Outros impostos indiretos" estão considerados os valores relacionados com o IVA pago pela Junta de Freguesia ao longo do exercício económico.

29. Gastos ou reversões de depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica "Gastos ou reversões de depreciações e amortizações" a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-
Edifícios e outras construções	9.358,03	9.393,75
Equipamento básico	32.562,53	29.701,04
Equipamento de transporte	40.142,84	33.997,34
Equipamento administrativo	35.087,93	28.586,46
Outros ativos fixos tangíveis	38.646,23	36.422,87
Total de depreciação em Ativos Fixos Tangíveis	155.797,56	138.101,46
Programas de computador e sistemas de informação	24.714,97	27.528,64
Total de amortização em Ativos Intangíveis	24.714,97	27.528,64
Total de gastos de depreciação e amortização	180.512,53	165.630,10

30. Juros e gastos similares suportados

O detalhe da rubrica "Juros e Gastos Similares suportados" a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Juros de locação financeira	-	1.058,52
Total de juros e gastos similares suportados	-	1.058,52

• Anexo às Demonstrações Orçamentais

21. Alterações Orçamentais da Receita

Ao longo de 2021 foram realizadas doze alterações orçamentais e uma revisão orçamental que resultaram num aumento de 1 246 629,24 da previsão inicial, conforme exposto no quadro infra:

Rúbrica	Previsões Iniciais	Inserções/Reforço	Diminuições/Anulações	Previsões Corrigidas
Impostos diretos	102.000,00	-	-	102.000,00
Taxas, multas e outras penalidades	280.800,00	-	-	280.800,00
Transferência e subsídios correntes	6.014.698,73	367.128,22	-	6.381.826,95
Venda de bens e serviços	994.550,00	-	-	994.550,00
Outras receitas correntes	30.000,00	-	-	30.000,00
Reposições não abatidas aos paga	-	-	-	-
Saldo da gerência anterior	-	879.501,02	-	879.501,02
TOTAL	7.422.048,73	1.246.629,24	-	8.668.677,97

Tabela 1 - Alterações Orçamentais da Receita

- A rubrica Transferências e Subsídios Correntes foi reforçada no valor de 367.128,22 euros, devido à integração da receita consignada transferida pela Câmara Municipal de Lisboa, referente aos seguintes Contratos de Delegação de Competências: Bairro 100% Seguro; Equipamentos Desportivos e Projetos Especiais e do Orçamento Participativo Galeria de Artes do Parque. De acordo com o contrato, as tranches são efetuadas de acordo com a taxa de acabamento de cada projeto, sendo este o motivo destes valores não terem sido considerados no orçamento inicialmente previsto.
- A rubrica Saldo da Gerência anterior foi reforçada devido à integração do saldo de gerência de anos anteriores no valor de 879.501,02 euros, considerando o saldo de gerência consignado dos projetos de CDC iniciados em 2020.

22. Alterações Orçamentais da Despesa

As alterações orçamentais efetuadas resultaram num aumento global de 1,2M euros da dotação inicialmente prevista, conforme é possível verificar no quadro seguinte:

Rúbrica	Previsões Iniciais	Inserções/Reforço	Diminuições/Anulações	Previsões Corrigidas
Despesas com o pessoal	2.942.953,73	340.887,36	329.330,00	2.954.511,09
Aquisição de bens e serviços	4.228.241,00	1.646.244,33	498.492,00	5.375.993,33
Juros e outros encargos	1,00	-	-	1,00
Transferências e subsídios correntes	147.500,00	83.033,81	28.400,00	202.133,81
Outras Despesas Correntes	54.551,00	250.585,74	244.500,00	60.636,74
Aquisição de bens de capital	48.802,00	43.000,00	16.400,00	75.402,00
TOTAL	7.422.048,73	2.363.751,24	1.117.122,00	8.668.677,97

Tabela 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

- Houve dois tipos de alterações ao longo do ano de 2021. A mais frequente é o ajustamento do orçamento, entre as várias orgânicas e económicas, tendo em conta as necessidades emergentes da Junta de Freguesia. A segunda é a integração da despesa consignada resultante do recebimento de receita consignada tal como mencionado anteriormente.

23. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Ao longo de 2021, foram efetuadas várias alterações ao plano plurianual de investimentos, de forma a que este se ajustasse às necessidades emergentes. As alterações originaram um aumento de 65 m euros da dotação inicial prevista, conforme é possível verificar no quadro em infra:

Designação do Projeto	Dotação Inicial	Modificação	Dotação Corrigida
Equipamento Administrativo	2.750,00	1.700,00	4.450,00
Equipamento Básico (Outro)	100,00	-	100,00
Equipamento de Informática	12.000,00	2.500,00	14.500,00
Equipamento de Recolha de Resíduos	100,00	-	100,00
Ferramentas e Utensílios	11.550,00	30.550,00	42.100,00
Material de Transporte	1,00	-	1,00
Material de Transporte (Outro)	501,00	-	501,00
Outros	100,00	-	100,00
Parques e Jardins	100,00	-	100,00
Sinalização e Trânsito	0,00	500,00	500,00
Software Informático	20.000,00	-7.150,00	12.850,00
Viadutos, arruamentos e obras complementares	100,00	-	100,00
TOTAL	47.302,00	28.100,00	75.402,00

Tabela 3 - Alterações PPI 2021

24. Operações de Tesouraria

As operações de tesouraria registadas no decorrer do ano de 2021, são referentes a montantes transitados de 2020. A composição do seu saldo é a seguinte:

Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
Retenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	12.917,18	0,00	693,75	12.223,43
Outras Operações de Tesouraria	-8.772,00	0,00	84,00	-8.856,00
TOTAL	4.145,18	0,00	777,75	3.367,43

- **Cauções:** referente a várias garantias de execução de contratos de empreitadas efetuadas por terceiros;
- **Outras operações de Tesouraria:** referente ao valor de penhora de créditos de fornecedor e colaborador entregues ao estado.

25. Contratação Administrativa

25.1. Situação dos Contratos

Ao longo do período de relato ou em períodos de relatos anteriores, foram efetuados diversos contratos, sendo que cerca de 88 contratos foram objeto de execução financeira no período de relato.

Ver anexo X – Mapa Situação dos Contratos.

25.2. Adjudicações por tipo de procedimento

No período do relato foram efetuados vários tipos de adjudicações de processos de despesa. De acordo com o mapa em infra é possível analisar a informação de forma discriminada por tipo de procedimento de adjudicação:

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Ajuste direto		Consulta prévia			
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Valor
Empreitada de Obras Públicas	4	5 747 630,61	4	231 718,70	9	839 473,35	17	6 818 822,66
Aquisição de Serviços	0	0,00	32	443 566,46	15	708 999,14	47	1 152 565,60
Aquisição de bens	0	0,00	14	156 658,60	10	274 815,00	24	431 473,60
Concessão de Obras Públicas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Concessão de Serviços Públicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras aquisições patrimoniais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Locação financeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Locação de bens	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de imóvel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de imóvel - contrato promessa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Prestação de serviços ao abrigo de Acordo Quadro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Empreitada ao abrigo de Acordo Quadro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de trabalhos de concessão e de serviços	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

26. Transferências e Subsídios

26.1. Transferências e Subsídios – Despesa

26.1.1. Transferências Correntes

As transferências correntes concedidas visam financiar despesas, sem que tal implique, por parte das entidades beneficiárias, qualquer contraprestação direta para com a entidade concedente.

Neste âmbito, a Junta de Freguesia do Parque das Nações despendeu cerca de 104 mil euros durante o ano de 2021:

- **Instituições sem fins lucrativos:** transferência de cerca de 51 mil euros referente a apoios financeiros no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo;
- **Fundo Social de Freguesia:** transferência de cerca de 19 mil euros como apoio aos agregados familiares carenciados em situação de emergência, de modo a fazer face a despesas essenciais e inadiáveis, tais como, água, eletricidade, gás, rendas habitacionais, medicamentos, deslocações médicas, gastos médicos devidamente comprovados e material escolar essencial para o desenvolvimento escolar da criança;
- **Fundo de Emergência Social:** transferência de cerca de 20 mil euros para apoio à

CA

comunidade como resposta à situação pandémica vivida durante o ano de 2021. Este fundo foi criado pela Junta de Freguesia do Parque das Nações, em cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa e com o Estado;

- **Refeições escolares:** transferência de cerca de 14 mil euros para a confeção e fornecimento de refeições escolares às crianças do JI e 1.º, 2.º e 3.º Ciclo das Escolas Públicas da Freguesia.

26.1.2. Transferência de Capital

Nada a referir.

26.2. Transferências e Subsídios – Receita

26.2.1. Transferências Correntes

- **Fundo de Financiamento das Freguesias:** nos termos do n.º 2 do artigo 238.º da Constituição da República Portuguesa, o regime das finanças locais é estabelecido por lei e visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. A participação das freguesias nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
- **Estatuto Remuneratório:** transferências efetuadas pela DGAL, de forma a cobrir os gastos de pessoal, referentes às remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos;
- **Delegação de Competências:** transferências da CML no âmbito dos seguintes contratos de Delegação de Competências, Bairro 100% Seguro, Equipamentos Desportivos, Projetos Especiais, Manutenção e regeneração do espaço público, Recolha de resíduos depositados incorretamente, conforme Lei 56/2012 na sua redação atual;
- **IEFP:** transferências provenientes do Gabinete de Inserção Profissional para prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- **Recenseamento/Atos Eleitorais:** transferências da CML como meio de liquidação dos gastos incorridos com a realização de eleições eleitorais;
- **Contratos de Cooperação:** transferências da CML no âmbito do Contrato Interadministrativo de Cooperação – Higiene Urbana;
- **Fundo de Emergência Social:** fundo criado pela Junta de Freguesia do Parque das Nações, em cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa e com o Estado, como resposta à situação pandémica de COVID-19 de apoio à comunidade;
- **Orçamento Participativo:** transferências da CML no âmbito do projeto Galeria Artes no Parque;

HLA

- **DGEsTE – Assistentes Operacionais:** transferência proveniente da DGEST, de apoio aos gastos de pessoal incorridos com a gestão das atividades e serviços relacionados com a orgânica da Educação;
- **CAF's, AAAF's e AEC's:** Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo do Ensino Básico, alargado ainda às Atividades de Animação e Apoio às Famílias (AAAF) aos alunos do Pré-Escolar. Tem como objetivo assegurar o acompanhamento dos alunos antes e depois das atividades curriculares e o enriquecimento cultural e lúdico durante os períodos de interrupção letiva;
- **Outras transferências correntes da CML:** outros apoios proveniente da CML;
- **Protocolo CML – Deliberação n.º 279/AML/2016:** apoio à construção de uma instalação de serviços para apoio ao freguês, na Rua Professor Picard;
- **Protocolo CML – Projeto das Refeições Escolares Saudáveis:** conforme proposta 411/CM/2018, este projeto aposta na promoção e sensibilização para comportamentos de alimentação saudável da população escolar.

26.2.2. Transferências de Capital

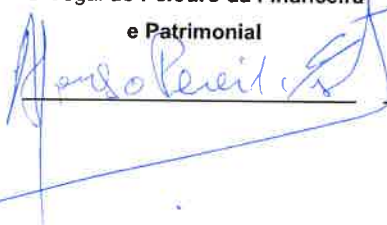
Nada a referir.

27. Outras Divulgações

Nada mais a divulgar.

Lisboa, 18 de abril de 2022,

O Vogal do Pelouro da Finança
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado

